

STJ decidirá se o cercamento dos edifícios no bairro fere o tombamento da capital. Moradores defendem que estruturas ajudam a inibir roubos

No Cruzeiro Novo, atrás de grades

HELENA MADER
DA EQUIPE DO CORREIO

Para os moradores do Cruzeiro Novo, as grades são uma proteção contra roubos e furtos. Mas o cercamento dos prédios residenciais é contestado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Como o Cruzeiro faz parte da área tombada da capital federal, o isolamento dos pilotis dos edifícios fere o tombamento da cidade. Em 1994, o Iphan entrou com uma ação civil pública contra o Governo do Distrito Federal para que as grades fossem retiradas. Quatorze anos depois, o processo começa a ser julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A 2ª Turma do STJ colocou o assunto em pauta durante uma sessão realizada no último dia 2. O ministro Herman Benjamin votou a favor da remoção das cercas, a ministra Eliana Calmon deu seu voto contra a retirada, mas a sessão foi interrompida depois que o ministro Humberto Martins pediu mais tempo para analisar o caso. Ainda não há previsão de quando o assunto voltará à pauta do STJ. A 2ª Turma tem cinco ministros, mas apenas quatro participaram da primeira sessão e terão poder de voto na decisão final sobre o destino dos gradeamentos.

Na ação civil pública, o Iphan pede a retirada das cercas instaladas depois de 1993, quando foi regulamentada a lei federal que criou o tombamento. O assunto foi jul-

gado pelo Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) que, em primeira instância, deu ganho de causa ao Iphan. O GDF recorreu e o TJDFT decidiu pela manutenção dos cercamentos. O Ministério Público Federal (MPF) apresentou ao STJ um recurso especial, que agora está em análise pelos ministros.

A chegada do caso a um tribunal superior exaltou os ânimos dos moradores do Cruzeiro, que prometem lutar contra a retirada das grades. Eles temem que a abertura dos pilotis aumente a violência na região, com assaltos e invasões aos domicílios. O Cruzeiro Novo tem 78 quadras com 324 prédios. De acordo com a Administração Regional do Cruzeiro, apenas um edifício não está cercado. É o bloco D da Quadra 1.603, inaugurado no ano passado e que tem uma grande equipe de segurança privada.

Brincadeira segura

O bancário Paulo Sérgio Stefaneli é totalmente contrário ao fim dos gradeamentos. Ele é pai de Roberto, um menino de 12 anos que costuma brincar embaixo do prédio onde mora, na quadra 1.406. "As cercas são a garantia de segurança da minha família, meu filho pode brincar tranquilo", explica o bancário. Paulo Sérgio conta que, mesmo com o fechamento do edifício, já foi furtado. "Quando as pessoas esquecem o portão aberto é normal ocorrerem assaltos. Levaram uma bicicleta que eu tinha acabado de

A REGIÃO

O Cruzeiro Novo tem:

78 QUADRAS

324 PRÉDIOS,

dos quais

APENAS 1

não é cercado por grades

7.340

APARTAMENTOS

25 MIL
moradores

comprar", acrescenta.

Também morador do Cruzeiro, Roberto Silva Gomes, 55 anos, tem medo de que o STJ decida pelo fim do gradeamento. Ele vive na Quadra 1.505, em frente a uma praça. "Aqui há muitos usuários de drogas que circulam em volta do prédio e da praça. Se acabarem com a nossa proteção, eles virão fumar maconha embaixo do nosso prédio", explica Roberto. "A criminalidade está

PARA SABER MAIS

21 anos de patrimônio

Brasília é tombada, desde 1987, como patrimônio histórico mundial pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). No mesmo ano, o GDF baixou um decreto para regulamentar o tombamento. Em 1990, o governo federal também sancionou uma lei para definir as escalas urbanísticas do tombamento: monumental, residencial, gregária e bucólica. A regulamentação saiu em 1993. A área de preservação de Brasília tem cerca de 112 quilômetros quadrados e é delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque In-

dústria e Abastecimento (Epia), ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal. Fazem parte da área tombada as asas Sul e Norte, a Candangolândia, o Sudoeste, o Cruzeiro, além dos setores de clubes.

Nessas localidades, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), não se pode impedir a livre circulação dos pedestres nas áreas de pilotis nos prédios. Ou seja, gradear os edifícios é uma agressão ao patrimônio da capital. Puxadinhos nos comércios e construções irregulares em áreas públicas também ferem o tombamento.

aumentando e não vejo policiais circulando por aqui. Precisamos das grades", defende.

Alguns moradores da região são a favor da retirada das cercas. O militar da reserva Bartolomeu Vieira de Barros, 82 anos, vive no Cruzeiro há 25 anos e acompanhou o fechamento dos prédios. "Acho que essas cercas dão uma sensação de que estamos constantemente presos. E se algum bandido quiser realmente entrar,

vai fazer isso com ou sem grades", acrescenta.

A Procuradoria do DF faz a defesa do governo na ação movida pelo Iphan. A Assessoria de Imprensa do órgão jurídico do GDF lembrou que os ministros que já votaram ainda podem alterar a sua decisão e informou que a Procuradoria vai defender a manutenção das cercas, por entender que o gradeamento dos prédios não fere o tombamento.

Fotos: Monique Renne/Esp. CB/DA Press



ROBERTO GOMES TEME A CRIMINALIDADE: "PRECISAMOS DAS GRADES"



PARA BARROS, O CERCAMENTO DÁ A SENSÇÃO DE QUE AS PESSOAS ESTÃO PRESAS

Mesmas regras

O superintendente regional do Iphan, Alfredo Gastal, garante que o Cruzeiro tem de seguir as mesmas regras usadas no Plano Piloto e que o plano original da cidade prevê a livre circulação de pessoas pelos pilotis (leia Para saber mais). "O Cruzeiro se transformou em uma grande agressão ao tombamento. Além das grades, há construção de cômodos no térreo, que também obstruem os pilotis", justifica Gastal. "Esperamos que o STJ decida pela remoção das cercas", diz o superintendente do Iphan.

A confusão em torno do cercamento dos prédios do Cruzeiro aumentou com a aprovação da Lei Distrital nº 1.063, em 1996. De autoria do ex-deputado Odilon Aires, o texto autorizava o cercamento dos prédios residenciais do Cruzeiro. Em 2005, o Ministério Público do DF entrou com ação direta de inconstitucionalidade contra a legislação, argumentando que só o Executivo poderia propor leis sobre o fechamento de áreas públicas. O TJDFT, acatou o pedido e suspendeu a lei. Mas, durante os nove anos de vigência, a legislação serviu de base para o fechamento dos edifícios.

correlobrazilense.com.br

Assista a vídeo:
sobre os prédios cercados
no Cruzeiro Novo



NO CRUZEIRO NOVO, QUASE TODOS OS PRÉDIOS SÃO CERCADOS POR GRADES. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E IPHAN PEDEM A RETIRADA DAS CERCAS CONSTRUÍDAS APÓS 1993